



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 142/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1708/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Escritório de Representação do Governo em São Paulo.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Tseng Ling Yun, Representante do Governo.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 27/2015 (fls. 181/187).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 485/2015-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 189/190v)

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Escritório de Representação do Governo em São Paulo. Exercício de 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação à origem. Quitação ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com ressalvas, a Prestação de Contas Anual do Escritório de Representação do Governo em São Paulo, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. **Tseng Ling Yun**, Representante do Governo, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Recomendar a origem para que:

9.2.1- Crie setor responsável pelo controle interno no âmbito do Escritório de Representação, com pessoal de carreira específica, de modo a ter independência, contribuindo para o incremento do sistema de controle interno ditado na Constituição Estadual e ainda cumprir o que exige o inciso III, do art. 10, da Lei Orgânica do TCE/AM;

9.2.2- Providencie a supervisão de um contador na elaboração das peças contábeis, pois estão sem assinatura de profissional da área de contabilidade;

9.2.3- Crie diligências no sentido de evitar os equívocos concernentes a relação de adiantamentos.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 142/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3- Dar quitação ao Responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: D2142933-42470AA3-A424F1B8-B27A30D2